

**O CIRCO DO SOL**

Teniza Spinelli

A editora Movimento ofereceu na 47ª Feira do Livro de Porto Alegre de 2001- o livro CIRCO DO SOL, da professora e jornalista Teniza Spinelli. A apresentação de Patrícia Bins mostra a grandeza da poetisa:

**A PALAVRA REENCONTRADA**

Teniza, sensível poeta, apresenta-nos seu primeiro livro. Libera o leque de palavras escondidas, vivas porém.

Palavras silenciosas que súbito fluem com a delicadeza de um gesto feminino: tremulam, iluminadas.

O coração bate, a menina brinca, tão pequeno espaço, tão profunda realidade irreal.

Inclina-se a buscar fragmentos, memória, pátios dentro de pátios refletidos em espelhos de sol. Caleidoscópio dos desejos: ser mulher, na descoberta da liberdade.

Voa o leque, as palavras se unem, poesias, tantas, "esquivas/aninham as emoções do encontro, e se amansam".

Patrícia Bins

O circo gira. Circo do sol.

Roda do tempo. Abismo das horas.

Vestígios do tempo.

Memória

Tempo e templo. Fórum do tempo.

Sombras do tempo

Silêncio do tempo

Tempo universo. Peregrino tempo

Tempo teia

## Usos de *todo*: uma abordagem enunciativa\*

Sônia Lichtenberg

RESUMO – Este artigo é um estudo sobre usos de *todo*, palavra tradicionalmente classificada como indefinido. Com base na teoria proposta por Émile Benveniste, apresenta análises de enunciados extraídos de revistas e jornais a partir das quais chega à conclusão de que *todo* não pode ser tomado sempre como indefinido e, em cada situação enunciativa, apresenta um sentido, referência única à idéia singular expressa pelo locutor.

**Introdução**

Este é um estudo sobre *todo*, palavra tradicionalmente classificada como *indefinido*. Considera a enunciação e tem como suporte a teoria de Émile Benveniste. Visa à descrição de usos, buscando apreender sentidos promovidos pelos locutores, observáveis no enunciado, decorrentes de relações sintático-semânticas que nele se estabelecem. Como a promoção de sentidos implica *referência*, objetiva verificar no enunciado atribuição de referência a uma determinada situação que pressupõe *pessoa, tempo e espaço*.

Já que este estudo se centra em uma palavra – *todo* – na perspectiva do uso da língua, isto é, não se atém ao que pela língua é previsto, mas a considera *em funcionamento*, a leitura que é feita da teoria de Benveniste contempla três enfoques – as palavras, as palavras no enunciado, o diálogo – a fim de situar *todo*, considerando-se a enunciação. Os dois primeiros relevam as noções de *subje-*

\* Este artigo constitui parte da dissertação *Usos de indefinidos do português: uma abordagem enunciativa*, apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em agosto de 2001, sob orientação do Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores.

tividade e de referência; o último expande estas noções pois permite a compreensão das de intersubjetividade e de co-referência.

### As palavras

Benveniste, no texto *Estrutura das Relações de Pessoa no Verbo*, remontando à gramática grega e verificando que a classificação da *pessoa verbal* em 1ª, 2ª e 3ª pessoas ainda hoje é admitida e que distinções ocorrem em todas as línguas, afirma que “essas denominações não nos informam nem sobre a necessidade da categoria, nem sobre o conteúdo que ela implica, nem sobre as relações que reúnem as diferentes pessoas” (1995, p. 248). Propõe que *eu*, *tu* e *ele* sejam estudados com base em oposições, seguindo os rastros de Saussure<sup>1</sup> cujos princípios são sempre mantidos na proposição desta teoria: na língua há apenas diferenças.

Este texto, datado de 1946, pode ser complementado por *A Natureza dos Pronomes* e *A Subjetividade na Linguagem*, publicados cerca de dez anos depois. Neles, Benveniste apresenta a distinção *pessoa/não-pessoa* que traz conseqüências para os estudos lingüísticos: na lingüística passa a existir *sujeito*; existindo *sujeito*, existe também *referência*; a dicotomia *língua/fala* proposta por Saussure e assumida por seus seguidores cede lugar a outra: *língua/discurso*. Benveniste introduz na lingüística as noções de *sujeito* e de *referência*, e, por apresentar estas noções, ao mesmo tempo em que mantém o conceito de língua proposto por Saussure, considera o de *língua em uso*.

Os pronomes pessoais são retomados por Benveniste a partir do critério adotado para assim classificá-los: a *pessoa*. Para o lingüista a noção de *pessoa* decorre de um *ato* em que *eu* se diz *eu*, e a subjetividade, que se instala por meio deste ato, é “a capacidade de um locutor para se propor como *sujeito*” (1995, p. 286). *Eu* para Benveniste é essencialmente lingüístico, é *palavra* que coloca a língua em funcionamento.

Indissociado de *eu*, há *tu*, também *pessoa*, mas *pessoa* diferenciada. São opostas, porém ao mesmo tempo se constituem, pois uma prescinde da presença da outra.

A noção de *pessoa* apresenta implicações *sui generis* porque, assim como *eu* e *tu* formam uma correlação, expressam polaridade. São correlatos porque se constituem reciprocamente e ao mesmo

tempo – *na e pela* enunciação que é “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (1989, p. 82) – pois alguém, ao afirmar-se locutor, pressupõe também um alocutário. Além disto são formas lingüísticas *vazias* de significação, que só se *preenchem* face à subjetividade. São únicos e têm existência efêmera pois são enquanto palavras que *eu* profere; apresentam a mesma *referência*, isto é, a instância de discurso que os contém. Apenas no interior da noção é que se estabelece a distinção entre *eu-tu* porque o primeiro se propõe considerando um *diferente*, e esta diferença propicia inversibilidade, bastando para isto que *tu* tome a palavra e se diga *eu*.

Além de *eu* e *tu*, a enunciação constitui outras palavras ou categorias: o tempo, que é o *presente* concomitante com a enunciação; o *aqui*, que é indissociável de *agora*; os demonstrativos – *este* e suas variações – que designam todos e quaisquer objetos presentes no *aqui-agora*. Outros advérbios ou locuções verbais que se alinham no mesmo paradigma de *aqui* ou de *agora*, os tempos verbais, que tomam o presente da enunciação como referência, a modalidade, os adjetivos, os possessivos, certos verbos, etc. também marcam a inserção do sujeito na língua.<sup>2</sup>

A enunciação, conforme afirma Benveniste, é, na perspectiva do locutor, *ato* pois alguém se afirma *sujeito*; porém, na perspectiva do exercício da língua, a entendemos também como processo, pois o locutor, ao exteriorizar sua *realidade* promove relações – *eu-tu-este-aqui-agora* – que, por sua vez, expandem várias possibilidades de associações previstas pela língua, constituindo *correlações*, na terminologia de Benveniste, ou paradigmas, propostos por Saussure. Todas estas palavras decorrem da *noção de pessoa*, entretanto os pronomes pessoais prevêm a terceira pessoa – *ele* – que a *eu* e a *tu* se opõe.

Ao tratarmos das noções de *pessoa* e de *não-pessoa* apresentadas por Benveniste, estamos acostumados a representá-las de modo esquemático – *eu-tu/ele* – já que é dos pronomes que o autor parte para estabelecer esta distinção. Este *ele*, ou a *terceira pessoa*, precisa ser considerado em dois âmbitos diferentes, dentro da teoria pois “na classe formal dos pronomes, os chamados de ‘terceira pessoa’ são inteiramente diferentes de *eu* e *tu*, pela sua função e pela sua natureza” (1995, p. 282).

<sup>2</sup> Propositamente aqui fazemos menção a indicadores de subjetividade ao lado de palavras que são tradicionalmente consideradas como *aléxicas*. Esta inserção decorre das oposições *pessoa/não-pessoa* e *semiótica/semântica* (as quais oportunamente trataremos) propostas por Benveniste.

Quanto à natureza, *ele* corresponde à *não-pessoa* pois não pertence à instância de discurso como *eu* e *tu*, porque diz respeito, assim como outras palavras, ao *não importa quem* ou *não importa o que* munido de uma referência objetiva. Estas formas não decorrem da enunciação pois a língua lhes prevê um conceito.

Ao distinguir *pessoa* e *não-pessoa*, Benveniste estabelece correspondência entre estas noções e *língua/discurso*: *ele* faz parte da língua, sistema de significação baseada em unidades discretas; *eu* e *tu* fazem parte da língua enquanto discurso, significação dependente da subjetividade.

Quanto à função, *ele* é um substitutivo abreviativo, representa no enunciado o *não importa quem* ou *não importa o que* já referido; seu caráter, portanto, é sintático.

O estudo dos pronomes realizado por Benveniste é base para uma reclassificação das palavras sob um único critério, o semântico, já que se distinguem as que adquirem significação na instância de discurso e as que na língua já têm um conceito. Além disto, estas reflexões são apenas o esboço inicial de uma teoria que se alinha à de Saussure, mas visa ultrapassá-la pois, ao mesmo tempo em que considera a *língua*, considera a *língua em uso*, e este aspecto merece explicitação.

Em *eu-tu/ele*, o conceito de língua proposto por Saussure permanece. Sistema de signos que compreende *imagem acústica/conceito* ou *significante/significado*, apresenta apenas *formas* discretas. São virtuais, ou seja, são possibilidades que pertencem ao *coletivo da língua*. A alteração que Benveniste promove ao tratar *pessoa/não-pessoa*, introduzindo a subjetividade na língua, é deslocar as formas *puras* do sistema para o *uso*, as quais, assim, deixam de ser *puras* e apresentam *substância*. Constitui-se, desta forma, uma nova oposição: na língua, formas puras; na enunciação, forma e substância.

É sabido que Saussure, ao estabelecer o conceito de língua, não prevê a referência, daí um sistema de formas *puras*, desvinculadas de qualquer *realidade*. Com Benveniste, esta realidade passa a existir, mas é a *realidade* decorrente da subjetividade, correspondente à instância de discurso, ao presente de *eu* e de *tu*. A constituição do par que apresentamos – *forma-substância* – se dá pela referência.

Ao estudar os pronomes, Benveniste caracteriza dois âmbitos: o da enunciação e o da língua. Ao primeiro pertencem as palavras que a partir do uso adquirem significação, Benveniste as apresenta como *formas vazias* que só se completam quando a língua é posta em funcionamento. No âmbito da língua estão as palavras que,

para qualquer falante, estão associadas a um conceito. São, neste estudo, representadas por *ele*, o *não importa quem* ou *não importa o que*.

O que é problemático para a compreensão destes dois âmbitos são suas próprias palavras, na tentativa de distingui-los:

“É por isso que não há truísmo em afirmar que a não-pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devam remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o que* ser munido de uma *referência objetiva*” (1995, p. 282) (Grifo nosso).

Entendemos que Benveniste, ao opor palavras que têm referência apenas na instância de discurso e as demais, estabelece a oposição subjetividade/objetividade que precisa ser interpretada. Se na língua a referência inexistente, não há correspondência entre palavra e ser ou palavra e mundo; do mesmo modo, se *eu-tu-este-aqui-agora* só tem referência na enunciação, não há possibilidade de se admitir uma *referência objetiva*.

Benveniste, ao caracterizar *eu* como pessoa que enuncia *eu*, afirma que “há [...] nesse processo uma dupla instância conjugada: instância de *eu* como referente, e instância de discurso contendo *eu*, como referido” (1995, p. 279). Em outras palavras, *eu* é referente porque é sujeito da enunciação; *eu* é referido porque *eu* – o que se propõe como sujeito – enuncia *eu*, constituindo o enunciado.

*Na* e *pela* enunciação, instaura-se um *mundo* – a presente instância de discurso – pelo fato de o sujeito só poder assumir esta condição diante de *tu*, “as duas ‘figuras’ igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação” (1989, p. 87), bem como ser o referente de uma série de *categorias*, quais sejam, o *tempo*, que é o presente, *este-aqui-agora*. Estas *categorias*, assim como *eu-tu*, passam a coexistir e a constituir o eixo em torno do qual tem possibilidade o uso de outros termos, como, por exemplo, expressões de temporalidade que se estabelecem em relação ao presente, e alguns advérbios que decorrem de *aqui*. Pelo viés do sujeito da enunciação, que exterioriza esta *realidade* ou a *sua* realidade, têm significação, ainda, outras categorias como os modos, os adjetivos, os possessivos, etc. Em síntese: a enunciação é a referência de todas as palavras que adquirem tal estatuto ao serem enunciadas, quer porque de signos vazios e móveis passem a ter um referente, quer porque sejam correlatas das vinculadas à instância de discurso, quer porque expressem a realidade de um sujeito que se enuncia.

A *ele* correspondem os signos cuja significação, à primeira vista, não se verifica exclusivamente *na* e *pela* enunciação já que, na

língua, são conceitos em oposição a outros conceitos. Com estes signos, virtualidades, *eu* designa *coisas* às quais quer dar existência. Assim sendo, *ele* não são signos que são constituídos a partir de *coisas*; ao contrário, são *coisas* que são constituídas a partir do momento em que são designadas. Se tais signos são ditos como tendo referência objetiva, é porque pertencem “à língua como repertório e sistema de suas combinações” (1995, p. 283). Passam a fazer parte da instância de discurso e, apesar de exteriores à relação *eu-tu*, têm como referência, assim como as demais palavras, a enunciação.

Retomemos o conceito de enunciação: *a enunciação é o colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização*. Língua em funcionamento admite a existência de um *coletivo*, a língua como sistema de significações desvinculadas da realidade, formas que se opõem e por isto significam; língua em funcionamento, todavia, supõe um ato individual que *significa* a realidade em que se inclui, ou seja, a instância de discurso. Ao coletivo pertence o *ele*, o *cognitivo*, ou o *objetivo*, como diz Benveniste; decorrentes do *individual* são *ele* e seus correlatos; contudo tanto o primeiro como os demais têm referência na enunciação, pois *na* e *por* ela conceitos adquirem existência, materialidade, e os indicadores de subjetividade *nela* e *por* ela emergem.

Podemos, assim, considerar as palavras sob duas perspectivas: a da origem e a da referência. Sob a primeira, temos *eu-tu/ele*: a língua e a instância de discurso, a língua e o uso da língua. Na outra perspectiva, a da referência, a oposição se desfaz – *eu-tu-ele* – pois a enunciação é a referência, a subjetividade subsume o *cognitivo*, a língua é apenas uso.

### As palavras no enunciado

Em *A Forma e o Sentido na Linguagem*, Benveniste distingue duas maneiras de *ser língua*. A primeira denomina *semiótica*; a segunda, *semântica*. Estas *maneiras de ser* já se encontram referendadas nos textos que se ocupam de *pessoa*, porém não nominadas.

Independentemente do fato de se distinguirem, a ordem do semiótico e a ordem do semântico têm um aspecto em comum: ambas *significam*. “Chapéu existe? Sim. Chaméu existe? Não. [...] Não há estágio intermediário; ou está na língua, ou está fora dela” (1989, p. 227). Embora *signifiquem*, *semiótico* e *semântico* se diferenciam pela maneira como *significam*.

No estudo dos pronomes já se percebiam estas distinções. Elas estão na base da oposição *pessoa/não pessoa*: a *não/pessoa* é do domínio do *semiótico*; a *pessoa* é do domínio do *semântico*.

O âmbito do semiótico tem como unidade o signo. É a língua enquanto conceito estabelecido por Saussure. O signo significa em face de um outro signo, pois esta *maneira de ser língua* se caracteriza por excluir o mundo, as relações que nela se estabelecem se dão entre as unidades que lhe são pertinentes. Assim sendo, a significação decorre da distinção entre conceitos, as relações se estabelecem no interior do próprio sistema, sem a intervenção de um sujeito e, portanto, a referência inexistente. Neste sentido, a significação é genérica.

Na base do outro âmbito, do *semântico*, está a subjetividade. É a enunciação. É *eu* que se diz e se diz no mundo. Já não há signo, mas *palavra*. “As palavras, instrumentos da expressão semântica, são materialmente os signos do repertório semiótico” (1989, p. 233), mas com outro estatuto porque significam uma situação que é particular e única, perdendo assim o caráter de fixidez que têm na língua, já não são apenas para significar, mas *para viver*.

Benveniste, para explicitar a natureza do *semiótico* e do *semântico*, e a transposição de signo para palavra, utiliza os termos *agenciamento de palavras* e *apropriação da língua*. O locutor *agencia* palavras (signos) no campo do semiótico e as desloca para o semântico, ou seja, a língua e o uso da língua são vistos como associados. A este processo, Benveniste dá o nome de *apropriação*: “enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de apropriação” (1989, p. 84). Na distinção entre *semiótico* e *semântico*, não há propriamente dicotomia; se Benveniste a estabelece, é com o intuito de garantir a compreensão deste processo: a partir da generalização ocorre a especificidade. A generalidade de um conceito se dá pela ausência de referência, e este conceito sofre restrição quando a referência existe, numa situação de emprego da língua. Segundo Benveniste,

[...] a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação intencionada, produzida pela sintagmatização das palavras em que *cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo*” (1989, p. 233-234) (Grifo nosso).

Na ordem do discurso, não é apenas a palavra que significa, também significa a frase. Aliás, uma correção precisa ser feita: a palavra é a unidade do *semântico*, entretanto ela está sempre na frase pois a função da língua é *predicar*. A frase não importa quanto à extensão, tanto é que uma única palavra pode constituir uma frase, mas importa enquanto discurso já que possibilita ao locutor falar de si e falar do mundo, por meio dela é que a língua se manifesta: o pensamento se torna *idéia*.

Também a palavra não pode ser vista isoladamente porque está sempre em conexão com outras palavras. Na frase, se ultrapassa o paradigma, uma vez que se selecionam palavras que são dispostas em uma certa ordem, e isto determina uma inter-relação entre as mesmas. A frase expressa um sentido, que é sempre particular, decorrente de um sujeito e de um contexto, e apresenta, por isso, uma configuração também particularizante para que se manifeste a singularidade da idéia.

Esta singularidade da frase e a capacidade de referir situações sempre novas e diferenciadas decorrem do *arranjo* que é dado às palavras. A frase, então, não pode ser entendida como somatório de palavras, pois nela as palavras, dependendo da organização que lhes é imposta, apresenta *nuances* diversas, adequando-se ao que é referido.

Havendo duas *maneiras de ser língua* assim tão imbricadas, complexificando a percepção do que decorre de uma e do que decorre da outra, um estudo da significação precisa considerar que a língua-discurso revela:

- a) a língua, pois o signo, enquanto significação partilhada pelos falantes, está presente no discurso sob forma generalizante;
- b) a palavra na frase, pois, ao mesmo tempo em que mantém um vínculo com o signo, guardando parte de seu valor coletivo, a palavra manifesta um sentido particular, entendido como emprego;
- c) a sintaxe da frase, pois resultado da inter-relação das palavras, confere à frase uma configuração própria que é exigida pela idéia que é expressa.

### A referência à enunciação

Do estudo da teoria de Benveniste, considerando-se a organização que elegemos para a apreensão dos conceitos que apresenta e o que deles decorre, verificamos que a noção de *referência*, anteriormente ausente nos estudos lingüísticos, vai sendo paulatinamente desenvolvida.

Inicialmente, no que chamamos *estudo das palavras* no qual incluímos as noções de *pessoa* e *não-pessoa*, a de *aqui*, a de *agora* e a de *este*, algumas formas, até então assim caracterizadas, abandonam tal estatuto e passam a *referir*, ou seja, agregam à forma, substância. *Eu-tu-este-aqui-agora*, formas *vazias*, como diz Benveniste, ao serem enunciadas, se *plenificam*, isto é, estabelece-se a relação *referente-referido*. E é a enunciação a responsável por esta mudança de âmbito: da língua para o uso da língua.

Nos textos em que se esboçam os conceitos primeiros sobre os quais se fundamenta sua teoria – o que trata as pessoas no verbo e o dos pronomes –, Benveniste se ocupa de instaurar os *indivíduos* que constituem a instância de discurso e as noções de *referência* e de *dêixis* se confundem: *eu-tu-este-aqui-agora* são *sui-referenciais* e se constituem por intermédio do locutor, inclusive *eu*, que se enuncia *eu*.

Se tais palavras são apresentadas como formas *vazias*, poder-se-ia supor que as demais, e o que restou ser abordado corresponde à *não-pessoa*, são formas *plenas*. Estabelecer-se-ia a oposição *vazias/plenas*, negando que a língua é apenas possibilidade.

Recorrendo-se aos escritos de Benveniste, em especial aos que apresentam a noção de *não-pessoa*, e se a leitura se limitar a estes textos, ficaremos com a sensação de que esta noção não é suficientemente aprofundada e que o objetivo do autor é simplesmente opô-la à de *pessoa*. Em a *Estrutura das Relações de Pessoa no Verbo*, ao tratar de *eu* e *tu* e da inversibilidade que entre eles ocorre, sobre a *não-pessoa* é dito que “nenhuma relação paralela é possível entre uma dessas duas pessoas e ‘ele’, uma vez que ‘ele’ em si não designa nada nem ninguém” (1995, p. 253) (Grifo nosso).

Em texto posterior no qual são estudados os pronomes, a *não-pessoa* é apresentada como o “*não importa quem ou não importa o que*” (1995, p. 282), e ainda, estudando o verbo, Benveniste afirma que “a ‘terceira pessoa’ tem por característica representar, sob a relação da própria forma, uma invariante não-pessoal, e *nada mais do que isto*” (1995, p. 254) (Grifo nosso).

Esta atribuição à noção de *não-pessoa* de conceituação que pode parecer vaga ou confusa, decorre do fato de ela não estar inserida ainda na instância de discurso, permanecendo na esfera da língua, sob a forma de conceito; é virtualidade, diferente dos *indicadores de subjetividade* que, na teoria, já assumiram seu lugar no *exercício da língua*. Assim sendo, a *não-pessoa* não é *plena*, é ainda possibilidade, está adstrita ao que Benveniste chama de *domínio semiótico*: até então “*não designa nada nem ninguém*”, é “*o não importa quem ou não importa o que*” pois, enquanto conceito, não refere.

Dizíamos que a noção de *referência* vai sendo apresentada à medida que estudos vão sendo feitos, e se *ele* permanece relegado à língua é porque a noção de *não-pessoa* não é suficiente para inseri-lo na *língua em uso*.

“Cada instância de emprego de um nome refere-se a uma noção constante e ‘objetiva’, apta a permanecer *virtual* ou a *atualizar-se*”

num objeto singular, e que permanece sempre idêntica na representação que desperta" (1995, p. 278) (Grifos nossos).

Ainda que Benveniste consagre para *O Aparelho Formal da Enunciação* a tarefa de reunir uma série de conceitos já explicitados em outros textos, além de integrar língua e uso da língua em uma só abordagem, delegando à enunciação o colocar a língua em funcionamento, em textos anteriores já trata de *palavra* e também de *frase*, contrapondo-as à noção de *signo*.

Com a explicitação do que entende por *palavra*, promove a compreensão da *passagem* da virtualidade à materialização. A palavra resguarda a significação atinente ao signo pois é "materialmente o signo do repertório semiótico", porém "seu sentido se determina em relação ao contexto de situação" (1989, p. 233). Apesar disto, a palavra restringe-se, quanto ao sentido, a *emprego*; não constitui, por si só, a expressão da *idéia* que o locutor expressa.

Desta forma, começa a delinear-se como a *não-pessoa* ingressa no mundo da enunciação, todavia ainda não se pode afirmar, e logo veremos que isto jamais poderá ser afirmado, que existe uma relação rígida entre *não-pessoa*, o *signo da língua*, e *referente*. Limitando-se a palavra a *emprego*, esta relação é muito tênue pois dependente do enunciado em que a palavra consta, ou melhor, não há propriamente um *sentido*, mas possibilidades de *sentidos*.

Benveniste reserva à frase a atribuição de referência. Expressão de uma *idéia*, "a 'referência' da frase é o estado de coisas que a provoca" (1989, p. 231). Daí ser única, não repetível pois o acontecimento que a promove é, a cada vez, singular. Assim sendo, não pode ser considerada como uma seqüência de palavras, mas como palavras em inter-relação que abarca o morfológico, o sintático e o semântico. É desta inter-relação que decorre o emprego da palavra.

A *não-pessoa* que, na língua, "não designa nada nem ninguém", em certa medida não difere muito dos *indicadores de subjetividade*, que são móveis, instituindo, a cada enunciação, um *eu*, um *tu*, um *este*, um *aquí*, um *agora*. A *não-pessoa*, embora guardando resquício da significação, um certo conceito existente na língua, a cada situação de uso, a cada situação de *emprego*, relaciona-se a um referente determinado pela *idéia* expressa pelo locutor. É, na língua, conceito, "o não importa quem ou não importa o que"; na instância de discurso, não tem um referente *fixo*, *atualiza-se*, na situação na qual o locutor se insere, à *idéia* que esta situação suscita, à atitude do locutor diante desta situação.

Acreditamos, pois, que o recorte que realizamos para a leitura da teoria de Benveniste – primeiro a palavra; a seguir, a frase – nos

permite também verificar como este autor trata a referência: as palavras, enquanto *indicadores de subjetividade*, têm, *na e pela* enunciação, um referente; a frase também o tem, enquanto expressão de um evento singular. Indo além, ainda diremos que, em Benveniste, *referência* e *dêixis* se confundem: os *indicadores de subjetividade* são *sui-referenciais* pois na instância de discurso têm referência, a frase também é *sui-referencial* porque "implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor" (1989, p. 230).<sup>3</sup>

#### *A não-pessoa – indicador de subjetividade e indicador referencial*

Como aproximamos as noções de *dêixis* e de *referência*, é necessário esclarecer como percebemos o tratamento da *não-pessoa* na teoria de Benveniste. Dependendo do ponto de vista assumido, decorrente da leitura que é feita, ou melhor, da abrangência desta leitura, *ele* pode ser considerado um *dêitico* e/ou pode ser considerado um *anafórico*.

No texto *A Natureza dos Pronomes*, a *não-pessoa* é apresentada como um *anafórico*. Como o título aponta, Benveniste restringe-se ao estudo dos pronomes, classe gramatical tratada pelas gramáticas, e dele extrai as noções de *pessoa* e de *não-pessoa*, demonstrando que os pronomes não podem ser considerados como constituindo uma classe homogênea, pois, devido à sua natureza, nem à mesma classe pertencem. *Eu* e *tu* são *indicadores de subjetividade*, têm referência na enunciação e são *dêiticos*; *ele* pertence ao sistema sintático da língua e, assim, é um *anafórico* pois serve como *substituto abreviativo*.

É neste texto que se situa a discussão que Michel Lahud propõe no capítulo *Dêixis e Enunciação: uma problemática do sujeito*, do livro *A Propósito da Noção de Dêixis*. Porque esta obra de Lahud resulta de uma extensa e competente pesquisa sobre *dêixis*, que se inicia com os estudos sobre os pronomes em *Port-Royal*, perpassando outros realizados por diversos teóricos, nos interessa o que é apresentado sobre Benveniste.

<sup>3</sup> Em *Émile Benveniste: quelle sémantique?*, Claudine Normand também considera a enunciação como referência. Segundo esta autora, desde que Benveniste institui a *lingüística do discurso* ou o *domínio semântico*, não dissocia *sentido* e *referência*. Em Benveniste, a referência é relacionada à enunciação quando a *lingüística das unidades* cede espaço à *lingüística da frase*, e a relação *locutor-língua* se estabelece mediante *apropriação*: "toda relação à referência, na língua em uso, depende da *sui-referência*; a referência somente diz respeito à situação cada vez única do locutor" (1996, p. 235) (Tradução nossa).

Para Lahud a teoria de Benveniste permite não apenas estabelecer uma diferença de *natureza* entre as palavras, como também, a partir desta diferença, possibilita tratar da oposição *dêixis/anáfora*. Da abordagem desta oposição, ressalta-se a noção de *dêixis*.

O autor apresenta as concepções de *anáfora*. *Anafórico* é o segmento que remete a um *antecedente*, estabelecendo-se uma relação *substitutiva* ou *representativa*. Nesta concepção, a *anáfora* tem caráter semântico: evita-se a repetição ou promove-se a *economia*. Assim vista, é um procedimento retórico. Também pode ser concebida, não como *substituição*, mas como *representação apenas*, porém uma *representação plena*.

Tomada como *representação*, pode-se considerar que “um ‘representante’ pode ser um ‘indicador’ não só de uma idéia ou coisa anteriormente ‘apresentadas’, mas também de um *papel sintático*, daquele que o termo ‘representado’ desempenha na própria ‘frase representante’” (1979, p. 117). Benveniste considera *ele não-pessoa* porque é anafórico; *ele* “representa”, *eu-tu* são signos de uma *relação ao ato de fala*. *Ele*, portanto, não faz parte do domínio *subjutivo*, pertence ao *objetivo* da linguagem pois, estando excluído da *dêixis*, faz parte do sistema anafórico da língua.

Em Benveniste, os *anafóricos* diferenciam-se dos *dêiticos* quanto à natureza e quanto à função pois são “as unidades cuja função é relacionar dois termos do enunciado” e “pertencem a uma ‘espécie semiológica’ de natureza totalmente diversa daquela cujo caráter próprio consiste em relacionar o enunciado à enunciação” (1979, p. 119). Então, não são *representantes*, como em teorias lógico-semânticas, mas *indicadores*. Entretanto, ressalta Lahud, os estudos sobre a enunciação se inserem em uma lingüística que encontrou a referência interdita, daí porque os *anafóricos* em Benveniste não contemplam *referência*, elemento constitutivo da noção de *indicação*.

Lahud considera que “*ele* é ‘dêitico’ no sentido de ‘indicador referencial’, sem sê-lo no sentido de ‘indicador de subjetividade’” pois pertence a uma classe constituída por “expressões referenciais da linguagem cuja denotação é relativa ao enunciado” (1979, p. 124).

Esta posição de Lahud é coincidente com a de Benveniste em *A Natureza dos Pronomes, pessoa e não-pessoa* são diferentes quanto à natureza e quanto à função, entretanto desta concepção decorre uma dúvida: tendo *ele* função de substituição, qual o estatuto do que é substituído? A teoria de Benveniste comporta a possibilidade de os nomes, por exemplo, já que não pertencentes à *realidade subjetiva*, fazerem parte da *realidade objetiva* do mundo fenomenal, ou seja, devemos contrapor àquela realidade, a da instância de discurso,

uma outra que corresponde ao que não se instaura pela via do sujeito se dizendo *eu*?

Se nos situarmos nos textos iniciais nos quais são estudadas a *pessoa* e a *não-pessoa*, esta pergunta já é respondida. No início do texto que trata os pronomes, em parágrafo que segue aos introdutórios, distinguindo *eu* e *um nome referente a uma noção lexical*, Benveniste nega toda possibilidade de referência ao *mundo das coisas* e associa os nomes à língua, nos moldes de Saussure, ou seja, à ausência de referente:

“Cada instância de emprego de um nome refere-se a uma noção constante e ‘objetiva’, apta a *permanecer virtual* ou a atualizar-se num objeto *singular*, e que permanece sempre idêntica na *manifestação que desperta*” (1995, p. 278) (Grifos nossos).

Os nomes, portanto, pertencem à língua enquanto *signos, virtualidades*, cuja noção é *constante e objetiva*, entendendo-se assim a generalidade do signo enquanto conceito, mas a referência dá-se em relação à singularidade da situação que o locutor manifesta.

Ainda neste texto, expressões como *exercício da linguagem, processo de apropriação*, instância de discurso como *sistema de referência interna*, que são geralmente atribuídas aos últimos trabalhos do autor, especialmente *O Aparelho Formal da Enunciação*,<sup>4</sup> e que dão conta da enunciação como referência porque associam-na à atitude do locutor e ao contexto, também estão presentes.

Se ainda fosse necessário, para refutar qualquer possibilidade de associação entre *nome* e *mundo*, entre interno e externo à instância de discurso, poderíamos explorar todas as noções que conferem à enunciação a referência à situação na qual se inserem os locutores e à atitude do locutor. Julgamos que isto não é preciso porque a distinção *semiótico/semântico*, que define *língua e uso da língua* e que permite compreender ainda melhor *sujeito e referência*, já está explicada neste texto: a linguagem como sistema de signos e a linguagem assumida como exercício da língua pelo indivíduo.

A *não-pessoa*, quer entendida como o *pronomes ele*, quer entendida como um nome, o “*objetivo*” ou o *cognitivo*, não tem como referência o *externo*, mas a instância de discurso, seja como meca-

<sup>4</sup> Sílvia Helena Barbi Cardoso, em *Demonstrativo, anáfora e pressuposição*, considerando as noções de *dêixis* e de *referência*, distingue dois momentos na teoria de Benveniste: o primeiro, quando da diferenciação entre *pessoa* e *não-pessoa*, prevê dois lugares de referência, a *realidade subjetiva* do discurso e a *realidade objetiva* do mundo fenomenal, relacionadas, respectivamente, aos *indicadores de subjetividade* e à *não-pessoa*; o segundo, localizado em *O aparelho formal da enunciação*, anula estas duas possibilidades e apresenta a enunciação como centro da referência.

nismo sintático, seja como *virtualidade* que passa à *existência* por meio de um locutor.

É preciso ainda voltar à afirmação inicial que pressupõe duas interpretações possíveis para a teoria e, conseqüentemente, classificações diferenciadas, ou supostamente diferentes, para *não-pessoa*. Na nossa opinião, a *não-pessoa* é um *dêitico*, o *não importa quem ou não importa o que* que inclui os termos nominais que enviam a conceitos da língua, e seus substitutos abreviativos (*ele, o, isso...*), mas também, no último caso, um *anafórico*, considerando-se *anáfora* um mecanismo da língua. Na teoria de Benveniste não há lugar para a oposição *dêixis/não-dêixis*; decorre, então, que *anáfora* tem outro estatuto, pertence à sintaxe da língua, sendo, portanto, a *não-pessoa*, enquanto *pronome, dêitico e anafórico*.

Considerando-se *não-pessoa* um *dêitico*, é preciso discuti-la ainda em relação à noção de *subjetividade*.

Segundo Benveniste, o locutor, ao colocar a língua em funcionamento, se apropria da *língua inteira*, e, assim, o *agenciar* signos (e não palavras porque ainda no âmbito do *semiótico*) implica escolha do sujeito que visa à manifestação: a enunciação e sua materialidade, o enunciado, também revelam o sujeito, que expressa algo singular e próprio, que, por tais peculiaridades, não permite distinguir algo que lhe é interno ou algo que lhe é externo. Sendo a enunciação a responsável pela instauração da instância de discurso, nada é alheio ao sujeito, tudo lhe diz respeito. Além disto, no que concerne à frase, ou enunciado, esta adquire configuração particular não só pelo contexto, que é único, pois tem como parâmetro a *presente* instância de discurso, mas também pela atitude do locutor face à situação. *Falar* é falar de si e da situação, e não há como falar de um e não falar de outro. A subjetividade está presente em qualquer manifestação da língua.

Coisa diferente é procurar identificar, no enunciado, *marcas de sui-referencialidade*. Neste aspecto, cremos que é necessária uma distinção. É preciso entender diferentemente *inserção do sujeito na língua e inserção do sujeito no enunciado*: em qualquer manifestação da língua, o sujeito *diz-se*; em um enunciado é possível distinguir o que é *sui-referencial*<sup>1</sup>, ou os *indicadores de subjetividade*, e o que é *cog-*

<sup>1</sup> Oswald Ducrot, em *Os indefinidos e a enunciação*, critica o fato de linguistas buscarem na enunciação elementos para a descrição da língua. Tomando alguns *indefinidos descritivos* (*um, uns, certos, alguns*), se propõe a provar que tais *indefinidos* não atuam como *shifters*. Embora saibamos que Ducrot modificou posições teóricas, não nos furtamos de citar este trabalho porque faz parte dos poucos que se ocupam do estudo dos *indefinidos* e porque serve para ilustrar a diferença que reconhecemos existir ao ser tratada a *inserção do sujeito na língua*.

*nitivo*, ou seja, já previsto na língua em forma de conceito e atualizado pelo locutor que do conceito extrai a parte que lhe convém para a expressão de uma *idéia* singular. Neste último aspecto, podemos falar de *indicadores referenciais*. Independentemente desta distinção, a língua em uso só existe na perspectiva de *eu*.

## O diálogo

Por meio do estudo das noções de *pessoa* e de *não-pessoa*, e da distinção entre *semiótico* e *semântico*, buscamos apreender como Benveniste apresenta as questões relativas à língua e à língua em uso. Ao estudarmos a enunciação, tratamos das questões sob a ótica da subjetividade e, conseqüentemente, da referência, considerando, assim, principalmente, *eu* que, por tomar a palavra, manifesta sua condição de homem e de homem no mundo. Julgamos, entretanto, que este foi até então o procedimento necessário, devendo-se exclusivamente ao didático, e que, estabelecidos os pontos de vista de Benveniste sobre a palavra e a frase, é momento de entendermos a noção de subjetividade.

## A intersubjetividade

*Na e pela* enunciação, *eu* se constitui; *eu* é *sui-referencial*. Apesar disto, *eu* participa da noção de *pessoa* juntamente com *tu*, e por isto não tem a prerrogativa de autoconstituir-se sem a presença daquele; *tu* também o institui *pessoa*. Por outro lado, o inverso também se verifica, pois *eu*, ao enunciar-se *eu*, constitui *tu*. A noção de *pessoa*, desta forma, envolve relações bastante complexas, e *eu* e *tu* são as únicas palavras da língua que revelam tal natureza, já que à referência se impõem condições: *eu* é referente de *eu*, mas ser referente e ser *pessoa* encontra-se na dependência de *não-eu*; *eu* é referente de *não-eu*, mas o referido determina o referente ser referente. Existe na relação locutor e alocutário uma espécie de troca: se um, então, outro, e o inverso é verificável, e dizer, a partir disto, que se constituem mutuamente seria negar que apenas um usa a palavra, porém dizer que a palavra os constitui é verdadeiro.

Outra propriedade que apresentam *eu* e *tu* é o fato de serem inversíveis pois *eu* assim se constitui por tomar a palavra e desta maneira se opor a *tu*, mas basta que *tu* se diga *eu* para que as posições se invertam. *Eu* e *tu*, portanto, são signos *vazios* e *móveis* que se *plenificam* no exercício da linguagem.

O não-entendimento desta alternância no uso da língua é motivo de críticas ao sujeito proposto por Benveniste que atribui a *eu*

uma posição de transcendência em relação a *tu*, embora a correlação de pessoalidade. Um sujeito assim caracterizado é tido como munido de intencionalidade e poder. Ora, se locutor e alocutário se revezam no manifestar a linguagem, esta transcendência não implica a hegemonia de um em relação ao outro, porque é relativa e momentânea. Alguém é sujeito enquanto profere o discurso para o não-sujeito, participe de uma relação como figura necessária e capaz de reverter o papel que lhe foi outorgado.

Considerando que a enunciação promove a instauração de *peçoas*, que é sempre dual, e que, ainda que opostas, não se excluem, podendo, inclusive revezar-se, uma assumindo características da outra, afirmamos que a subjetividade, ao se configurar, releva a intersubjetividade. *Eu* e *tu* são obrigatoriamente co-participantes da enunciação enquanto integrantes da instância de discurso e, para que a linguagem exerça sua função, não são suficientes sujeito e referência – o locutor e a atualização da língua –, mas a intersubjetividade e a co-referência, que permitem o diálogo.

#### A interpretância da língua

Em *Semiologia da língua*, Benveniste traça um paralelo entre língua e os demais sistemas de signos. Partindo dos estudos feitos por Peirce e Saussure, opta pela teoria saussuriana, que aponta como tarefa para a lingüística a delimitação e a definição de si própria e que distingue língua e linguagem, constituindo uma ciência geral que estude o signo na sociedade, a semiologia, e a língua como o mais importante dos sistemas semióticos.

Tomando a língua como instituída de dupla significância, ou seja, apresentando uma ordem semiótica e uma semântica, Benveniste lhe atribui o papel de sistema interpretante de todos os outros sistemas de signos existentes.

Esta supremacia da língua quanto aos demais sistemas semióticos é comprovada pelas relações que se estabelecem entre sistemas:

- a) relação de *engendramento* pois um sistema pode gerar outro;
- b) relação de *homologia* já que partes de sistemas semióticos estabelecem correlação;
- c) relação de *interpretância* que determina um sistema interpretante e um sistema interpretado.

É neste último aspecto que se evidencia a importância da língua em relação aos demais sistemas. A língua possui duas dimensões – a semiótica e a semântica –, enquanto os outros sistemas se

valem da língua pois são unidimensionais: “a língua pode, a princípio, tudo categorizar e interpretar, *inclusive ela mesma*” (1989, p. 62) (Grifo nosso).

Deslocando este caráter da língua e as duas dimensões que ela abrange, das relações entre sistemas para o seu próprio funcionamento, nos perguntamos em que medida pode categorizar e interpretar a si mesma. O que equivale, em uma situação de emprego, a *interpretante* e a *interpretado*?

Em *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste retoma conceitos já expostos em outros textos, visando sistematizar o que ele propõe como necessidade: ultrapassar a visão de língua enquanto formas providas de valor de referência uma em relação às outras, enfocando os estudos sobre a língua não mais na órbita do semiótico, mas do semântico.

O emprego da língua é coisa bem diferente do que entendimento que se faz de língua a partir da teoria saussuriana – o semiótico –, porque afeta a língua *inteira*, ou seja, o semiótico e o semântico. No emprego da língua, semiótico e semântico estão presentes pois:

a) a enunciação é a referência e, assim sendo, tanto os indicadores de subjetividade, quer dizer, as palavras que só adquirem significação na instância de discurso, como as que expressam conceitos – a significação das unidades discretas e opositivas – adquirem existência: as primeiras porque se tornam plenas, as outras porque, de virtuais, passam a designar o *não importa quem ou não importa o que referido pelo locutor*;

b) as palavras, unidades no semântico, nada mais são do que signos do semiótico, que, dispostas de uma certa maneira na frase, adquirem matizes próprios pela coexistência imposta pela organização sintática, referindo uma situação particular.

A enunciação ou a *maneira de ser língua* no campo do semântico, inclui o semiótico, o locutor toma a língua inteira e a coloca para referir o mundo da presente instância de discurso. A enunciação, considerando-se semiótico e semântico, estabelece uma dialética ao mesmo tempo em que distingue o que é externo e o que é interno à instância de discurso (*eu-tu/ele*), anula esta distinção porque esta instância é referência de todas as palavras (*eu-tu-ele*).<sup>6</sup>

Esta dupla condição – *pertencer* ao semiótico ou ao semântico, *pertencer* ao semiótico e ao semântico – garante à língua o interpre-

<sup>6</sup> Eleni J. Martins, autora de *Enunciação e Diálogo*, cuja leitura é indispensável para os que estudam, no Brasil, as Teorias da Enunciação, a partir da oposição *eu-tu/ele*, instaura *eu-tu-ele*, considerando o universo da *não-pessoa* elemento constitutivo da relação *eu-tu*.

tar a si mesma: é interpretante enquanto coletivo, é interpretado enquanto individual; é interpretante enquanto expressão de uma situação nova e única, a qual corresponde ao interpretado.

Estabelecido o processo de apropriação da língua pelo locutor, mediante explicitação de todos mecanismos envolvidos neste processo, é apresentado o diálogo, o *quadro figurativo da enunciação*, pois "a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo". Este quadro apresenta "duas 'figuras' igualmente necessárias, uma, origem, outra, fim da enunciação". Tais figuras assumem a "posição de parceiros, são alternativamente protagonistas da enunciação" (1989, p. 87).

A noção de diálogo perpassa toda a teoria de Benveniste porque implicada na noção de pessoa. O par *eu-tu* pressupõe o diálogo na forma de apresentação deste *eu* e deste *tu*, que têm a marca da unicidade. Benveniste não funda apenas uma lingüística *do* ou *com* sujeito, mas *dos* ou *com* sujeitos já que não prevê somente subjetividade, mas intersubjetividade.

No nosso ponto de vista, a noção de subjetividade tratada isoladamente é necessária para dar conta da apropriação da língua, para superar a lingüística do semiótico, para instituir a palavra como emprego, para apresentar a frase como associação de palavras cujo valor decorre de uma sintaxe apropriada ao que é referido. Da noção de subjetividade se extrai a de dupla significância: a da língua e a da instância de discurso. A noção de subjetividade, todavia, não esgota a de dupla significância. Dá conta de *eu*, porém não pode ignorar que *eu* não se dissocia de *tu*. Daí a intersubjetividade, e todos mecanismos de que *eu* se utiliza, são também verificados, pela possibilidade de alternância dos sujeitos, em relação a *tu*.

A cada enunciação renova-se o ato, contudo o colocar a língua em funcionamento é um processo que se repete. O quadro da enunciação está contido no quadro do diálogo, cada um dos parceiros significa-se, e o que permite esta dinâmica é a língua que, pela sua duplicidade, interpreta-se a si mesma. A língua é interpretante de uma relação entre parceiros que, ao mesmo tempo em que revelam o singular, o próprio e o individual, estão munidos de um aparato conceitual, que lhes é comum. O semiótico subjaz ao semântico.

### A co-referência

Até então baseamos o diálogo na existência de um quadro conceitual comum ao locutor e alocutário, a língua, entretanto isto

não é suficiente. Que a língua seja de domínio comum é condição necessária pois permite o constante *trânsito* entre *semiótico* e *semântico*, e vice-versa, contudo o diálogo é uma relação entre *sujeitos* que se alternam no *uso da língua*. O fato de *eu* e *tu* serem *sujeitos* que trazem para o diálogo, a cada ato de tomada da palavra, uma significação que é própria a cada um, tem outras implicações.

Benveniste caracteriza *língua em funcionamento* como um conjunto de relações que se estabelece na frase. É por meio de frases, ou enunciados, que locutor e alocutário, num constante revezamento, se constituem em *sujeitos*. É na enunciação e pela enunciação que se dá a condição de ser *sujeito* pois antes disto a língua é só possibilidade. O processo de apropriação de que nos fala Benveniste é a passagem do *vazio* ou do *virtual* à *materialidade*, porém esta *materialidade* não implica *dizer*, o que seria uma simples reprodução, mas *dizer-se*. *Ser sujeito* é *dizer eu*, promovendo um significado por meio de uma combinação de palavras que se influenciam mutuamente, ultrapassando a relação *significante-significado* prevista na língua, e constituem um todo – o enunciado – uma unidade de significação.

O entendimento de enunciado, assim exposto, merece melhor esclarecimento. Não se trata aqui de que seja estabelecida uma diferenciação entre *semiótico* e *semântico*, o que nivelaria os dois âmbitos: no *semiótico*, o signo, unidade de significação; no *semântico*, o enunciado, também unidade de significação. Esta simplificação conduziria à admissão de enunciados repetíveis. Tal compreensão é impossível porque anula a noção de *sujeito* e, conseqüentemente, nega o conceito de enunciação, o *colocar a língua em funcionamento por um ato de utilização*, que é *individual*.

É preciso, então, explicitar o que se entende por *colocar a língua em funcionamento*, já que não é a soma de palavras que constitui o enunciado. Os que atribuem a Benveniste a criação de uma teoria baseada no *sujeito da enunciação* ignoram que este *sujeito* (ou estes *sujeitos*) não constitui por si só a *instância de discurso*. Esta compreensão equivocada decorre de uma leitura parcial da teoria, quem sabe calcada exclusivamente na *noção de pessoa*. É bem verdade que *eu* é *sui-referencial* e é referente, mas não constitui apenas *tu*, constitui também *este-aqui-agora*.

Ao ser estudada a teoria de Benveniste dá-se relevância aos pronomes, em conseqüência de a distinção *pessoa/não-pessoa* possibilitar que sejam incluídas nos estudos lingüísticos as noções de *sujeito* e de *referência*, que sejam estabelecidas relações entre esta oposição e a oposição *semiótico/semântico*, a *língua* e a *língua em uso*, que palavras e categorias gramaticais sejam (re)organizadas. Ficam

preteridos, no mais das vezes, *este*, *aqui* e *agora* que, juntos com *eu* e *tu*, constituem o *mundo*, ou a referência, da *presente* instância de discurso.

As noções de *aqui* e de *agora*, todavia, não são menos importantes em relação à de *pessoa* porque permitem compreender como se instalam, a partir da enunciação, o *tempo* e o *espaço* e, tomando-se a língua como um todo, de que maneira estabelecem os parâmetros para a expressão de correlatos.

Benveniste distingue o *tempo físico* e seu correlato, o *tempo psicológico*, e o *tempo crônico*, que é o tempo dos acontecimentos, do *tempo lingüístico*, afirmando que “o que o tempo lingüístico tem de singular é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar em função do discurso” (1989, p. 74).

Poder-se-iam tomar as mesmas palavras de Benveniste para a conceituação de *espaço lingüístico* e, desta forma, distinguir-se-ia este espaço dos demais: *o físico e o geográfico*.

*Aqui e agora* – o tempo e o espaço da enunciação – estabelecem as coordenadas para as demais expressões espaciais e temporais, e, como estão vinculados ao eu, é pela via do sujeito que têm referência. Sendo assim, é o sujeito que *organiza o seu tempo* e o *seu espaço*, ou seja, ao expressar-se, ele *temporaliza* o acontecimento e o *espacializa*. No uso da língua não há propriamente noção de *tempo* e de *espaço*, mas de *temporalidade* e de *espacialidade*, que expressam intervenção do *sujeito*.

*Este*, que também participa da referência, corresponde às *coisas* presentes na instância de discurso. Também serve como parâmetro para a designação de outras *coisas*, como, por exemplo, *aquele*. Tem flexão de gênero e número (assim como *ele*) – *esta*, *estes*, *estas* –, apresentando ainda uma forma que corresponde ao neutro – *isto*. *Este* corresponde à *não-pessoa* presente à instância de discurso, e é também por esta razão que defendemos a inclusão da *não-pessoa* no universo de *eu-tu*, considerando-se a *referência*.

“A linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor *apropriar-se* da língua toda designando-a como *eu*” (1995, p. 288). A isto corresponde o *colocar a língua em funcionamento*. *Designar a língua como eu* ou *apropriar-se dela* significa atribuir referência, *materializar o vazio* ou o *virtual*, ou seja, *dar existência*. É este processo não se restringe à palavra pois não falamos palavras, mas frases, palavras que ultrapassam o limite da significação original e se transmutam pois se *semantizam*, visando atribuir referência a uma situação especial, distinta de todas outras: a *presente instância de discurso*.

No diálogo, relação entre locutor e alocutário, pessoas em inter-relação mediada pela língua, a atribuição de referência dá-se por dupla via:

“O semiótico (o signo) deve ser RECONHECIDO; o semântico (o discurso) deve ser COMPREENDIDO. A diferença entre reconhecer e compreender envia a duas faculdades do espírito: a de perceber a identidade entre o anterior e o atual, de uma parte, a de perceber a significação de uma enunciação nova, de outra” (1989, p. 66).

Se até então vimos como se constitui a significação, tratando-se de *eu*, precisamos verificar como se efetiva a *compreensão*, do ponto de vista de *tu*. *Compreender* não significa fazer o caminho inverso, mas reconstituir o processo. Daí decorre que *eu* e *tu* não se encontram em posições hierarquicamente diferenciadas, um impondo e o outro assumindo a imposição. *Tu* reconhece na língua, que é comum a ambos, conceitos relacionados às palavras que compõem o enunciado, *tu semantiza* porque parceiro do locutor, co-partícipe da situação de discurso, também atribui referência, também *significa*. Por este motivo, há reconstituição do processo e não há reconstituição do enunciado. São comuns a locutor e alocutário a língua e a instância de discurso, e conseqüentemente, referência e significação. O uso da língua implica *referência*, e *compreensão*, *co-referência*. Sobre isto, Benveniste, discorrendo sobre a temporalidade lingüística, diz que:

“[...] a temporalidade que é minha quando ela organiza meu discurso, é aceita sem dificuldade como sua por meu interlocutor. Meu ‘hoje’ se converte no seu ‘hoje’, ainda que ele não o tenha instaurado em seu próprio discurso, e meu ‘ontem’ em seu ‘ontem’. Reciprocamente, quando ele falar em resposta, eu converterei, tornando-me receptor, sua temporalidade na minha. Esta parece ser a condição de inteligibilidade da linguagem, revelada pela linguagem [...] Um e outro se acham assim de acordo sobre a duração da onda. O tempo do discurso nem se reduz às divisões do tempo crônico nem se fecha em uma subjetividade solipsista. Ele funciona como um fator de intersubjetividade, o que de unipessoal ele deveria ter o torna onipessoal. A condição de intersubjetividade é que torna possível a comunicação lingüística” (1989, p. 77-78).

O diálogo prevê, portanto, sujeitos, e não sujeito, um imbuído em *significar-se*, o outro em atribuir significação a este *significar-se*. *Eu* refere, *eu-tu* co-referem. A língua é garantia de um mínimo comum, “ela é *produzida e recebida* nos mesmos valores de referência por todos os membros de uma comunidade” (1989, p. 63), daí o *reconhecimento*; a existência de sujeitos que partilham a mesma

situação de discurso, o *aqui- agora*, que inclui o *este*, garante a relação discursiva que se fundamenta em atribuição de significação e compreensão. Assim como *eu* constitui *tu*, mas, ao mesmo tempo por ele é constituído, a referência, decorrente da enunciação, prevê co-referência, condição para a existência do diálogo. Se o entendimento da noção de *subjetividade* é requisito para a de *intersubjetividade*, a de *referência* também o é para a de *co-referência*: uma, origem; outra, fim da enunciação.

### Para um estudo sobre *todo*, com base na enunciação

*Todo* é palavra, e *palavra* decorre da enunciação, do *colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização*. *Palavra*, assim, considera dois *lugares*, da forma como Benveniste os concebeu: o da *língua* – ainda não *palavra*, mas *signo* –, e o do *uso*, que só podem ser teoricamente separados, porque se fundem em um só, a *língua em uso*.

*Palavras* existem na língua enquanto *virtualidades*, algumas *vazias*, atualizando-se, a cada vez em que são proferidas, em um referente associado à situação de enunciação; outras, apresentando *noções gerais* ou *conceitos* que se especificam também na instância de discurso. Desta forma, tanto as primeiras, denominadas *indicadores de subjetividade*, como as demais, os *signos da língua*, têm como característica a mobilidade, e não é apenas o *uso* que garante este dinamismo, pois a língua prevê tanto os signos que exclusivamente da enunciação decorrem, como permite, dada a amplitude dos conceitos que apresenta, que na enunciação, guardadas certas características, o signo possa atualizar-se em determinado referente, que é particular a cada instância de discurso. Vista desta forma, a língua não tem caráter de rigidez, é apenas *possibilidade*.

Assim, *todo* é palavra que tem significação na língua<sup>7</sup>, significação esta que, ao menos em parte, é mantida quando o sujeito se apropria da língua toda, atualizando-a ao manifestar seu dizer em uma situação singular.

A atualização do signo em palavra não se dá por simples transposição pois *enunciado* não pode ser entendido como palavras que se organizam, somando significados. *Enunciado* é o *produto da*

*enunciação*, expressão de uma idéia singular que tem a instância de discurso como referência. *Enunciado* é, pois, unidade de significação e, como tal, apresenta uma configuração peculiar e única.

Para a formação do enunciado, concorrem palavras e, pelo fato de o enunciado ser único porque expressa uma situação também única, estas se dispõem de forma a dar conta da idéia que é expressa. Da maneira como são dispostas – da *sintaxe do enunciado* – conformam um sentido, um *emprego*. Da língua trazem significados, do sintagma e do enunciado, conforme sua disposição e influências que promovem umas em relação às outras, provém sua atualização: um determinado sentido relativo à idéia que é expressa.

O enunciado, por ser seu produto, nos permite compreender a enunciação, quanto às relações que encerra: a dialética que envolve *língua* e *língua em uso*. Língua em uso é *palavra*, mas não só, é *palavra no enunciado*, expressando, junto com outras, uma certa idéia; não é apenas *enunciado* e a idéia que refere uma situação, mas é também *palavra* apresentando um sentido compatível com a idéia expressa; não é, portanto, só a *língua*, mas o *uso*, a atualização da língua; também não é somente o *uso*, mas a *língua* fornecendo certos parâmetros que permitam a compreensão da idéia. *Língua em uso* é um arranjo especial de palavras em conformidade com uma certa idéia, é *sentido* que exige uma *sintaxe*.

O sentido de *todo*, portanto, se estabelece no enunciado, manifestação da língua em uso, palavras que, dispostas de uma certa forma e de tal modo inter-relacionadas, expressam uma idéia sempre singular e única, que refere a atitude do sujeito e a situação.

A teoria de Benveniste se caracteriza por constituir uma *lingüística dos e com sujeitos* que tomam a língua inteira e a colocam em funcionamento pois *enunciação* pressupõe *eu* que diz *eu*, e porque assim o faz, diz também *tu*. Com sua manifestação, constitui também *aqui- agora*, o contexto da enunciação. A enunciação é, portanto, responsável pela instauração da *intersubjetividade* e do *presente*, que serve como parâmetro para todas as relações espaciais e temporais.

O fato, porém, de *eu* tomar a palavra e assim se dizer, não constitui apenas o que se costuma chamar de *aparelho formal da enunciação*, pois *eu* mobiliza a língua *toda* e a coloca em funcionamento. Esta *apropriação* pressupõe *eu* agenciando palavras na língua, com elas organizando o enunciado mediante uma sintaxe que é *sua*, porque visa à referência a uma situação sob um prisma que é *todo seu*, imprimindo, por meio da sintaxe, sentido a cada palavra agenciada – ainda que mantenha significação que é própria da

<sup>7</sup> Quando afirmamos que os *indefinidos* têm significação na língua, estamos considerando *signo* e a distinção estabelecida por Benveniste entre *semiótico* e *semântico*. Benveniste diz que “signo é a unidade semiótica” (1989, p. 224) e que “quem diz semiótico diz ‘intra-lingüístico’, esclarecendo que a semiótica não se ocupa da relação do signo com as coisas denotadas, nem das relações entre a língua e mundo [...], tem sempre e somente valor genérico e conceptual” (1989, p. 228).

língua para que se garanta a compreensão do que é dito – e ao enunciado, a referência a uma situação segundo o seu dizer.

*Eu*, que se diz na língua em uso, *eu*, que se apropria da língua *toda*, se diz e diz quanto às palavras que expressam indefinição. Se, em considerações anteriores, afirmamos que *todo* tem significação na língua e que esta significação em parte fica resguardada ao se adequar à idéia expressa no enunciado, se postulamos que expressa sentido relativo a uma certa conformação que se evidencia no enunciado, é porque *eu*, que refere *eu* e que refere *tu*, e, assim, refere *aqui-agora*, também é referência para as demais palavras e, conseqüentemente, para este *indefinido*. No uso da língua, tudo passa por *eu*.

Assim sendo, *todo* é palavra submetida à enunciação pois tem referência em *eu-tu-aqui-agora*, a presente instância de discurso, da qual decorrem os seus sentidos.

Benveniste distingue as palavras que decorrem da enunciação – *eu*, *tu*, *aqui*, *agora*, *este* – das que são *agenciadas* na língua. As primeiras, os *indicadores de subjetividade*, constituídos pelos interlocutores e o contexto, derivam exclusivamente da enunciação; as demais passam a fazer parte da instância de discurso mediante *apropriação*.

Esta diferença tem origem no estudo realizado sobre os pronomes, quando se instituem *pessoa* e *não-pessoa*, e é retomada ao serem apresentadas as duas *maneiras de ser língua*, o *semiótico* e o *semântico*. Para situar *todo* nestas oposições, nos interessa particularmente o modo como Benveniste apresenta a noção de *não-pessoa*, o *não importa quem ou não importa o que*, munido de referência *objetiva*.

Descartando a discussão sobre o *objetivo*, já bastante esclarecido no decorrer deste trabalho, situamos *todo* na categoria de *não-pessoa*, que pode ser explorada em dois âmbitos distintos, mas relacionados: na sintaxe da língua e na enunciação.

Na sintaxe da língua, a *não-pessoa*, que se identifica com *ele*, pronome na classificação gramatical, exerce papel de substituto de um componente lexical, diferenciando-se da *pessoa*, portanto, quanto à função; na enunciação, a *não-pessoa* é a que não participa da instância de discurso *in praesentia*, daí pertencente à língua porque *conceito* que, sendo do domínio dos interlocutores, emerge da enunciação, a partir dela adquirindo existência. Neste caso, a *não-pessoa* corresponde a signos lexicais, os quais são *trazidos* à instância de discurso pela via do sujeito, que lhe atribui referência, distinguindo-se de *pessoa* devido à sua *natureza*.

Independentemente de natureza e de função, a *não-pessoa* passa da língua para a enunciação por intermédio de um sujeito que

promove seleção dos signos da língua a fim de referir e, também, ao determinar o signo que, pelo conceito expresso, deve se *atualizar* em determinado referente, promove uma relação entre os signos escolhidos para a constituição do enunciado. A *apropriação*, da qual nos fala Benveniste, não se efetua por simples *agenciamento*, mas também por *sintagmatização* e, por conseqüência, *semantização*. As palavras *convivem* em um enunciado que expressa a atitude do sujeito e o contexto, e é isto que implica referir; isoladamente, como nas listas apresentadas pelas gramáticas ou como nos verbetes do dicionário, não suscitam associação, mas *idéia de*, não são propriamente *palavras*, na acepção da teoria estudada, pois remetem à *noção* e não à *referência*. A *não-pessoa*, assim, pelos mecanismos implícitos no que se entende por *apropriação da língua* ou *língua em funcionamento*, apresenta *empregos* ou sentidos decorrentes do uso que dela é feito por locutor que refere o *eu-tu-aqui-agora*.

Assim, *todo*, pertencente à categoria da *não-pessoa*, pode ser usado como substituto abreviativo da sintaxe da língua, ou como portador de diferentes sentidos, em decorrência da intervenção do sujeito que refere uma situação de discurso específica.

*Todo*, considerado como pertencente à categoria da *não-pessoa*, ao ser atualizado, traz consigo *noção* que é de domínio de todos que o utilizam. É com base nesta *noção* que é conhecido como *indefinido* pois a língua prevê palavras que têm este traço.

Ao estudarmos a teoria de Benveniste, consideramos não só a língua, mas o uso da língua, admitindo que na primeira os signos têm significado, mas que, no uso, o sujeito configura este significado à expressão de uma idéia singular que é referida. Enunciação e referência, assim, se confundem.

E o que vem a ser um *indefinido* no âmbito da enunciação? Um signo lexical com o qual o sujeito atribui referência ao *não importa quem, não importa o que* na instância de discurso, no *eu-tu-aqui-agora*. Se usado como substituto abreviativo, seu papel não difere quanto ao *referir* pois *refere* um componente lexical, que, como tal, *refere*.

E como se dá a referência a partir da atualização de um *indefinido*? Segundo os conceitos ditados pelas gramáticas, poderíamos supor que, com o uso de um *indefinido*, o sujeito atribui referência sem explicitá-la, ou seja, pela enunciação se dá existência à *não-pessoa*, mas, e o termo não pode ser outro, *não a define*.

Admitir tal possibilidade é desconhecer tudo o que a enunciação implica. É estabelecer correspondência entre signo e palavra, e apenas isto.

No uso da língua, a unidade de significação é o enunciado com o qual o sujeito refere uma situação singular. E no enunciado um *indefinido* consta, articulado com outras palavras, o que equivale a dizer, submetido a uma *sintaxe* com a qual o sujeito constrói o enunciado, sintaxe que determina coexistência em um sintagma que, por sua vez, pode coexistir com outros tantos. A atualização do signo em palavra, não mais só significado, mas sentido, ocorre no enunciado: inter-relações entre palavras no sintagma ou entre sintagmas.

Se *pela* e *na* enunciação o sujeito se apropria da língua *toda* e a põe em funcionamento, tendo em vista *eu-tu-aqui-agora*, é *pela* e *na* enunciação que uma palavra pode ser considerada um *indefinido* ou não, e é no enunciado, produto da enunciação, que é a cada vez único, que uma palavra assume determinado sentido, seja ele o de indefinição ou outro.

Estudar um *indefinido*, em uma teoria da enunciação, é procurar, em cada enunciado, o que cada um pode revelar sobre o sentido que o sujeito atribui a esta palavra – que a *língua apresenta com noção de indefinição* –, criando uma referência única relativa a *eu-tu-aqui-agora*.

### Análises<sup>8</sup>

- 1 *Eu sou eleitor, votei em todos os últimos 22 pleitos* (Zero Hora, 21 mar. 2000. p. 63).

*Todos* é periférico em expressão que indica tempo, cujo núcleo é *pleitos*.

Esta expressão, em que o nome *pleitos* é antecedido por artigo definido, adjetivo e numeral, independentemente do emprego de *todos* tem referente. Mesmo assim, *todos* está a indicar que deste conjunto – *os últimos 22 pleitos* – os elementos são tomados, sem exclusão de nenhum. *Todos* indica, portanto, *totalidade* relativa a *os últimos 22 pleitos*.

O locutor define *todos*, pois expressa a totalidade dos elementos de um conjunto, que é conhecido. Pelo fato de *todos* expressar esta noção relacionada a um conjunto que tem referente e que, por si só, já indica a idéia expressa por *todos*, o locutor promove um efeito de sentido, destacando a idéia de totalidade. O interlocutor

<sup>8</sup> Constituem *corpus* das análises textos extraídos de jornais e revistas atuais. Destes textos são recortados enunciados cuja extensão é variável pois decorre unicamente das inter-relações que *tudo* mantém com outras palavras.

também define *todos*, atribuindo-lhe o sentido de *todos os elementos* do conjunto citado.

- 2 *Desde a invenção do alfabeto Braille, uma espécie de código Morse da leitura, os cegos lêem deslizando os dedos sobre as páginas dos livros. Infelizmente, a invenção genial de Louis Braille (1809-1852) nunca esteve ao alcance de todos* (Correio do Povo, 19 maio 2000, p. 4).

*Todos* consta em termo periférico, que é complemento do nome *alcance*. No complemento, *todos* é nuclear.

O enunciado apresenta uma afirmação que se constrói a partir de sujeito representado por genérico – *os cegos* – e de verbo que indica processo: *desde a invenção do alfabeto Braille, uma espécie de código Morse da leitura, os cegos lêem deslizando os dedos sobre as páginas dos livros*. Esta indicação de processo se dá via sentido do verbo propriamente dito e, também, por meio da flexão verbal, presente que indica habitualidade. Associam-se a esta noção expressa pelo verbo dois outros termos: *deslizando os dedos sobre as páginas dos livros*, que indica a maneira como tal processo se realiza, e *desde a invenção do alfabeto Braille, uma espécie de código Morse da leitura*, que o situa temporalmente, marcando seu início e apontando sua origem. A esta circunstância é dado destaque pois, além de ser termo primeiro do enunciado, ainda a ela se acrescenta *uma espécie de código Morse da leitura*.

*Infelizmente, a invenção genial de Louis Braille (1809-1852) nunca esteve ao alcance de todos* se caracteriza por apresentar uma afirmação sob a ótica do locutor pois toda ela é modalizada a partir do advérbio *infelizmente*, que expressa avaliação a respeito do que é dito. O sujeito gramatical – *a invenção genial de Louis Braille* – retoma e reafirma a importância dada ao que desencadeou a leitura pelos cegos – *a invenção é considerada genial* –, porém o processo enquanto generalização, tal como é verificado na afirmação primeira, é negado porque na predicação o locutor expressa que *nunca esteve ao alcance de todos*, negando o estado permanente, pois *nunca esteve*, e a generalização relativa ao agente – *nunca esteve ao alcance de todos* – já que a qualificação atribuída à *invenção* exclui *cegos*, entendido como *conjunto de pessoas*.

*Todos* expressa *totalidade* relativa a *cegos*, são *todos os cegos*, entretanto, pela relação mantida com as outras palavras do enunciado, principalmente no que diz respeito à predicação, passa a significar *uma parte do conjunto dos cegos*. Se *nunca esteve ao alcance de*

*todos*, entende-se que alguns elementos do conjunto não tiveram acesso à *invenção genial de Louis Braille*.

O locutor define *todos* ao atribuir-lhe o sentido de *todos os elementos do conjunto*, ou seja, *os cegos*. Este sentido decorre das relações que se estabelecem no enunciado. Todavia atribui-lhe indefinição em *nunca esteve ao alcance de todos*, porque a relaciona com outras palavras, promovendo uma noção de partição do conjunto – *nunca esteve ao alcance de todos os cegos* – e a parte que é tomada do conjunto não é determinada. O interlocutor interpreta *todos* como *nem todos os cegos*, o conjunto de todos os elementos que é negado, uma parte do conjunto que é afirmada.

- 3 *Há muitas seleções na cabeça de todos que vêem futebol com regularidade, interesse e já por algum tempo* (Zero Hora, 18 abr. 2000, p. 69).

*Todos* faz parte de locativo, o sintagma em que se encontra é periférico. *Todos* é termo nuclear do sintagma, sendo acompanhado por restritivo.

Esta palavra expressa *totalidade*, são todos os elementos do conjunto apresentado pelo restritivo: são *todas as pessoas que vêem futebol com regularidade, interesse e já por algum tempo*. O restritivo, ao estabelecer o conjunto o qual *todos* abarca, determina que este conjunto é constituído por [+humano], e isto se dá por intermédio do sentido do verbo, de seu complemento e, também, das expressões circunstanciais.

O locutor define *todos*, que são *todas as pessoas referidas pelo restritivo*; o interlocutor também o define, entende-o como a *totalidade dos que vêem futebol com regularidade, interesse e já por algum tempo*.

- 4 *A cada mês o trabalhador, o funcionário público, o empresário, todos vemos nos sobrar menos dinheiro* (Zero Hora, 15 nov. 1999, p. 47).

*Todos* é nuclear em sintagma que é antecedido por enumeração.

*Todos* é uma palavra que retoma a enumeração que a precede. Tal enumeração é constituída por genéricos: *a categoria dos trabalhadores, a dos funcionários públicos, a dos empresários*. Assim sendo, *todos* representa a totalidade decorrente do somatório dos elementos que constituem cada um dos conjuntos citados.

Mesmo que isto se verifique, a flexão do verbo – *vemos* – indica que *todos* não se restringe a retomar o que foi anteriormente citado, pois também inclui as *pessoas* do discurso, não só pela desi-

nência de número e pessoa, mas também pela referência ao *presente*. *Todos* expressa *nós*; *todos vemos* expressa *nós, aqui, agora*.

*Todos*, que retoma e resume a expressão que o antecede – a *não-pessoa*, sob forma de conjuntos referentes a categorias – e que, por sua relação com o verbo, pressupõe as *pessoas*, significa o conjunto de *todas as pessoas que trabalham*, independentemente da atividade que exerçam, de categoria profissional. A expressão que o antecede promove o sentido de *ser trabalhador*, a flexão verbal inclui os que a *não-pessoa* não comporta, ou seja, *eu e tu*; *todos*, portanto, é a *totalidade dos que trabalham aqui e agora*.

O locutor define *todos* pois, a partir da noção de *totalidade*, refere a presente situação de enunciação que inclui *eu, tu, ele* enquanto os que *trabalham no aqui-agora*. O interlocutor define *todos* e atribui-lhe o sentido de *nós, os que trabalham*.

- 5 *Seria julgado insano aquele que na festa de aniversário começasse a depredar o recinto e a acusar o aniversariante perante todos* (Zero Hora, 20 abr. 2000, p. 25).

*Todos* é elemento nuclear de locativo, não havendo, no sintagma, palavra que o acompanhe.

O enunciado é constituído basicamente por duas proposições: uma apresenta afirmação de caráter avaliativo – *seria considerado insano aquele* –, outra restringe o sentido do sujeito gramatical, presente na primeira, de modo que este possa ser qualificado como *insano*: *que na festa de aniversário começasse a depredar o recinto e a acusar o aniversariante perante todos*. Nesta restrição a *aquele*, além de serem citadas ações que justificam a predicação atribuída, o contexto destas ações também é apresentado por meio de locativos que se expressam tanto por circunstanciais – *na festa de aniversário, perante todos* – como por complemento verbal – *o recinto*.

A partir do contexto também se estabelece o sentido de *todos*. Esta palavra, que expressa *totalidade*, tem seu sentido determinado pela situação apresentada no enunciado: *todos* indica a *totalidade do conjunto de pessoas presentes no recinto da festa de aniversário*.

O locutor define *todos* a partir do tempo e do espaço do enunciado; o interlocutor também o define, considerando que *todos* são *todas as pessoas presentes no recinto em que se realiza a festa de aniversário*.

- 6 *Todo membro da PM é promovido automaticamente ao se aposentar* (Veja, 10 nov. 1999, p. 226).

Todo faz parte do sujeito gramatical, é elemento periférico, sendo *membro* o nuclear.

O termo nuclear do sintagma-sujeito é acompanhado por restritivo – *membro da PM* – que determina um conjunto de pessoas. Da *PM*, ao restringir o sentido de *membro*, o inclui em uma categoria ou classe; *membro da PM*, portanto, designa um genérico.

*Todo* se associa ao caráter generalizante do restritivo porque, ao expressar *totalidade*, indica *inclusão no conjunto*, não admitindo exceção relativa a qualquer elemento. *Todo membro da PM* indica, ao mesmo tempo, um elemento do conjunto e o conjunto em si, o total dos elementos que o formam.

Além destes aspectos relativos à composição do sujeito gramatical, outros vêm se acrescentar, demonstrando que o enunciado não refere uma situação particular: a passiva; o apagamento do agente, o que se justifica pelo emprego de *automaticamente* que expressa que o processo se dá independentemente da ação de alguém; o circunstancial – *ao se aposentar* – cujo sujeito é paciente e é o genérico da oração anterior – *membro da PM* –, sendo que a forma verbal, por indicar *eventualidade*, também não determina contexto específico.

O locutor emprega *todo* como genérico, dado o sentido generalizante do enunciado que não especifica uma situação em especial. *Todo* tem sentido de *totalidade* em relação a *pertencer a um conjunto* – a categoria dos policiais militares – não isentando nenhum elemento deste conjunto – *membro* – do processo que é apresentado pelo enunciado. Tanto para o locutor como para o interlocutor, *todo* tem o sentido de *todo e qualquer*.

7 O que falta fazer? Uma enormidade de coisas, começando (desculpem a insistência) pelas reformas ainda pendentes da utópica Constituição de 1988, que deu tudo para todos sem a menor preocupação em como pagar isso (Veja, 5 jan. 2000, p. 141).

*Todos* é elemento nuclear em complemento verbal, não havendo no sintagma palavra que o acompanhe.

Esta palavra está contida em restritivo relacionado à *utópica Constituição de 1988*: que deu tudo para todos sem a menor preocupação em como pagar isso.

O verbo do qual é complemento – *deu* – apresenta outro complemento além deste: *tudo*. Ambos expressam *totalidade* e são nucleares, ambos não apresentam restritivo.

Este verbo significa *conceder, outorgar*, em cujo sentido está implicado *admitir doação* sem que esta propriamente se efetive, pois

não há objeto material nela envolvido já que o verbo se constrói com um complemento sob forma de abstrato, e com outro sob forma de [+humano], que representa o destinatário. Este sentido do verbo é corroborado por expressão que apresenta negação: *sem a menor preocupação em como pagar isso*.

O sentido deste restritivo no qual se encontram *tudo e todos*, a *totalidade não especificada*, contribui para confirmar a adjetivação atribuída à *Constituição de 1988*: é *utópica*, pois concede hipoteticamente.

*Todos*, que se alia ao sentido do outro complemento verbal, é *indefinido*. Não há no enunciado expressão que o determine, e isto decorre do sentido da restrição feita ao nominal. *Todos* expressa a *totalidade sem restrição* porque o enunciado afirma isto: *a concessão sem compromisso, a concessão pela concessão, a concessão total*.

O locutor não define *todos*, *todos* é a *totalidade*, sentido que a palavra tem nos estudos tradicionais em que é conceituada como um conjunto do qual não se sabe quais são os componentes. Neste caso, sabe-se que seus elementos são *pessoas*, traço que lhe é intrínseco, mas que se atualiza por meio de outros, presentes no enunciado. Assim, tanto para o locutor como para o interlocutor *todos* corresponde a *todas as pessoas*.

8 É um quadro de perguntas e respostas chamado *Jogo do Milhão*. Tem ido ao ar toda noite pelo SBT (Zero Hora – Donna, 28 nov. 1999, p. 4).

*Toda* é termo periférico de expressão de tempo. Acompanha o nome *noite*.

*Noite*, o núcleo da expressão adverbial, designa período de tempo. *Toda noite* indica tempo, e *toda* aspectualiza a expressão temporal, imprimindo-lhe noções de frequência e regularidade.

Esta idéia de frequência está associada, no enunciado, ao aspecto verbal: *tem ido* indica processo e habitualidade. Frequência e regularidade decorrem do sentido de *totalidade* expresso por *toda*: *noite* é incluída de forma contínua e ininterrupta no processo. *Toda*, no enunciado e no sintagma, indica aspecto.

Se *todo* se incluía até então na categoria de *não-pessoa*, o enunciado que agora é estudado revela que não podem ser estabelecidas classificações tidas como definitivas. E esta verificação se reveste de importância na medida em que a teoria que sustenta tais análises tem como princípio que o *sujeito se apropria da língua toda para que signifique uma situação única e singular*. Neste processo de *apropriação e atualização*, a *língua em uso, toda*, regularmente visto

como o *não importa quem, o não importa o que*, neste enunciado passa a significar em outra categoria, a do *espaço-tempo*.

O locutor, ao empregar *toda noite*, espacializa e temporaliza o enunciado: *um quadro de perguntas e respostas tem ido ao ar pelo SBT* num determinado espaço-tempo. E *toda*, que constitui sintagma com *noite*, a *não-pessoa*, designação de um *período de tempo*, atribui ao sintagma a noção de espaço-tempo. Tem na língua um significado, o de *totalidade*, mas o sujeito o desloca e lhe atribui o sentido de *freqüência e regularidade*, com base no que caracteriza a língua, a possibilidade. Para o locutor e o interlocutor *toda* se relaciona a espaço e tempo, e se vincula a aspecto, com sentido de *continuidade com intervalos regulares*; *toda*, portanto é considerado por ambos como indefinido.

### Todo no uso da língua – algumas considerações

O que é apresentado a seguir não pode ser tomado como conclusivo pois cada enunciado é único porque relativo a uma situação que também o é: expressão de uma idéia que é singular porque um sujeito diz e se diz. Assim, se os enunciados fossem outros ou em quantidade diversa da que é apresentada, o que é observado poderia ser diferente, ou poderia sofrer acréscimos ou supressões.

As análises nos permitem afirmar que *todo*, tomado como *indefinido* pela teoria gramatical, no uso da língua expressa *indefinição*, como em (7) e (8), *definição*, como em (1), (3), (4), (5) e (6), ou, ainda, como em (2), *definição e indefinição*, sentidos estes em inter-relação com diferentes palavras constantes no enunciado.

Considerada a enunciação, o enunciado, sua manifestação, constitui um todo, a expressão de uma idéia relativa ao contexto e à atitude do sujeito. Desta forma, o sentido de *todo* não fica restrito ao sintagma ou à frase, limite máximo de análise da teoria gramatical e de certas teorias lingüísticas, mas *circula* pelo enunciado, podendo relacionar-se com qualquer palavra ou com palavras, *influenciando e se deixando influenciar* e, assim, expressando sentido próprio a *eu-tu-aqui-agora*.

Esta palavra tem na língua uma significação: é signo; na língua em uso não é signo, mas é também signo, signo que se atualiza: é palavra. Ao atualiza-se, ao expressar determinado sentido, conserva a significação que tem na língua, ainda que seja parte do conceito.

As análises demonstram que *todo* indica *totalidade*. Este é o conceito que tem na língua, *idéia de*, com base no qual é tomado tradicionalmente como um *indefinido*, porém, como *significa* em

certa situação, cria referência única, expressa sentidos, cada um atinente a uma situação de enunciação. O quadro que segue mostra que *todo* não é só língua, a generalidade que garante a comunicação, nem só uso, o que corresponderia à torre de Babel, mas é língua em uso que permite a co-referência.

1	definido	a <i>totalidade</i> dos elementos de um conjunto é destacada já que o conjunto expressa <i>totalidade</i>
2	definido indefinido	a <i>totalidade</i> dos elementos de um conjunto uma parte do conjunto não é determinada
3	definido	a <i>totalidade</i> dos elementos de um conjunto
4	definido	<i>totalidade</i> : a <i>não-pessoa</i> inclui as <i>pessoas</i> = <i>todos nós</i>
5	definido	a <i>totalidade</i> de um conjunto determinado pelo contexto apresentado
6	definido	<i>totalidade</i> relativa a genérico
7	indefinido	<i>totalidade</i> das <i>pessoas</i>
8	indefinido	<i>totalidade</i> que se expressa em freqüência e regularidade

### Sentidos de *Todo*

Em cada enunciado, *todo* indica um sentido porque a idéia que é expressa exige que o locutor promova uma sintaxe, ou seja, disponha as palavras de uma certa maneira. Benveniste utiliza a palavra *arranjo* para esta configuração de palavras, própria à idéia. Assim sendo, não há uma sintaxe que garanta um sentido, mas um sentido que requer uma sintaxe, entendida como *inter-relação*. Estas inter-relações ora se dão no sintagma; ora, entre sintagmas; ora escapam do que é classicamente entendido como frase, ocorrendo entre palavras que constituem outras frases; outras vezes dizem respeito ao enunciado inteiro. Se assim não fosse, a atribuição das noções *nuclear/periférico*, utilizadas a cada ocorrência de *todo* quando das análises e que, grosso modo, correspondem a *pronomes substantivo/pronome adjetivo*, classificações correntes nas gramáticas, seria garantia de oposição semântica, o que não se verifica, pois, em (4) e (5), *todo* é *nuclear* e é *definido*, e em (7) é *nuclear* e é *indefinido*, o mesmo ocorrendo quanto a *ser periférico*: em (1), (3) e (6), é *definido*; entretanto, em (8), é *indefinido*.

*Todo*, também em decorrência deste *arranjo* que é determinado pelo sentido, pertencendo à categoria de *não-pessoa*, em (4) exer-

ce, na sintaxe da língua, papel de substituto abreviativo, retomando palavras presentes no enunciado, ou seja, atribuindo referência ao já referido. Porém não apenas substitui, também se *atualiza*: ao tomar lugar de palavras, promove um sentido outro, exigido pela idéia é apresentada no enunciado.

No uso da língua, como se bastasse esta *insubmissão ao regular* – não expressar sempre indefinição, apresentar variedade de sentidos, não ser *explicado* pela sintaxe, funcionar como substituto abreviativo e, além de *representar*, indicar sentido que não somente o do *representado* –, *todo* ainda não se subordina ao que foi proposto a partir da leitura da teoria, pois não se situa apenas na categoria de *não-pessoa*, podendo figurar na de *espaço-tempo*, tal como em (8), porque a noção de *totalidade* é deslocada pelo sujeito: indica aspecto, sentido de *freqüência* e *regularidade*.

Este estudo revela que o uso da língua é *um*: é um ato individual que visa à referência única; é referência única que se manifesta em um enunciado que, por isto, é único; é um sentido da palavra a cada vez que o signo se atualiza em palavra. Por ser um, os sentidos são vários; por ser sempre um, jamais idênticos. É sempre um porque não tem sentido só seu, expressa-se em solidariedade com outros. Nem língua, nem uso, mas uso da língua, unidade que é variedade porque submetida a *eu-tu-aqui-agora*.

### Referências bibliográficas

- BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem. In: —. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- . A linguagem e a experiência humana. In: —. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- . A natureza dos pronomes. In: —. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes, 1995.
- . Da subjetividade na linguagem. In: —. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes, 1995.
- . Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: —. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes, 1995.
- . O aparelho formal da enunciação. In: —. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- . Os níveis da análise lingüística. In: —. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes, 1995.
- . Semiologia da língua. In: —. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

———. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da lingüística. In: —. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes, 1995.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. Demonstrativo, anáfora e pressuposição. *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 11, p. 157-80, jan.-jun. 1995.

DUCROT, Oswald. Os indefinidos e a enunciação. In: —. *Provar e dizer: leis lógicas e argumentativas*. São Paulo: Global, 1981.

LAHUD, Michel. *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo: Ática, 1979.

MARTINS, Eleni. *Enunciação e diálogo*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

NORMAND, Claudine. Emile Benveniste: quelle sémantique? *LINX*, Du dire et du discours, hommage à Denise Maldidier. Paris, n. 8, p. 221-238, 1996.

———. Os Termos da Enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S. L.; PARLATO, E.M.; RABELLO, S. (org.). *O falar da linguagem*. São Paulo: Lovise, 1996.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1969.

TEIXEIRA, Marlene. *Análise do discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.